

PET no HABEAS CORPUS Nº 545.406 - MG (2019/0339909-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : MAGNUM QUEIROZ FLAUSINO (PRESO)
ADVOGADO : EDSON RODRIGUES DE OLIVEIRA - MG178271
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O impetrante ingressa com um **pedido de reconsideração** do *decisum* de fls. 446-448, por meio da qual indeferi liminarmente o habeas corpus, em decorrência do enunciado na Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal.

Em suas razões, reitera os argumentos expendidos na inicial e afirma que "nem a defensoria pública e sequer o Paciente (que tomou conhecimento quando foi preso ao tentar atualizar a identidade civil), foram intimados oportunamente para o exercício constitucional da ampla defesa e do contraditório, independente de efeito suspensivo)" (fl. 450).

Requer, assim, a reconsideração do *decisum* anteriormente proferido, para que anulada a certidão de trânsito em julgado e seus efeitos, com o consequência direito de recorrer em liberdade.

Decido.

De plano, saliento que, em que pese a prática corrente de pedidos de reconsideração, não há previsão legal expressa a permitir o uso do referido instituto.

Conforme dito, não identifico, contudo, caracterizados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora* necessários à superação da Súmula n. 691 do STF e o consequente deferimento da medida de urgência.

Consoante registrei na decisão impugnada, na espécie, o Desembargador relator mencionou que "**sua prisão decorre do trânsito**

em julgado da condenação, o que se deu em 14/02/2018. É o que se infere também da certidão do Superior Tribunal de Justiça (ordem 1) e da consulta ao atestado de pena do paciente no SEEU (fl. 17, destaquei).

Reafirmo que **eventual desconstituição do trânsito em julgado, a propósito, certificado por esta Corte Superior depende de análise aprofundada dos autos, o que não cabe neste momento processual.**

Portanto, não identifico ilegalidade manifesta na decisão impugnada. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, indefiro o pedido de reconsideração para manter o indeferimento liminar deste habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**